

## RESENHA

# O ESTADO COMO OBSTÁCULO AO ACÚMULO DE RIQUEZA PRIVADA

História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos

Jorge Caldeira. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2017. 624p.

Recebida em 06/2018

Aprovada em 06/2018

No mais recente livro de Jorge Caldeira, *História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*, o projeto é ambicioso: contar a história da riqueza – sim, de toda riqueza – no Brasil, desde a colonização do país. Seu empreendimento é o de um analista ou intérprete que lança mão de um instrumental multidisciplinar, ou “transdisciplinar”, ressaltando, de acordo com suas próprias palavras, as análises mais recentes de “econometristas”. Apesar da utilização dessas análises, o autor escolheu deixar de lado o uso de gráficos e tabelas, para tornar a leitura do livro mais inteligível aos leitores das mais variadas áreas e formações.

Tanto em relação à “historiografia tradicional” quanto em relação aos “econometristas”, não se sabe exatamente a quem ou a quais estudos ele está se referindo. Essa imprecisão gera um paradoxo, pois, paralelamente ao esforço de tornar o livro mais acessível aos diversos leitores, as consequências mais abrangentes de suas ilações passam a ser alcançáveis – se é que o são – somente por leitores que conhecem, ao menos, parte daquela historiografia tradicional imprecisamente invocada pelo autor.

Riqueza, para o autor, é entendida como acumulação de bens (p. 11, prefácio). A partir deste conceito, ele realizará o seu empreendimento de estudá-la como ela se deu no Brasil. Note-se que aqui a escolha da preposição merece atenção. O Brasil é uma delimitação territorial, na

**MARIA APARECIDA  
AZEVEDO ABREU**

Professora do Programa de  
Graduação em Gestão Pública  
(GPDES), IPPUR/UFRJ

qual a análise foi centrada na acumulação de riqueza privada, a partir da identificação dos constrangimentos e estímulos que a organização dos sucessivos governos exercia sobre ela e da observação dos costumes dos indivíduos.

Com esta delimitação analítica, Caldeira apresenta-nos um estudo com alguns destaques que merecem nossa análise: 1) no período colonial, não teria predominado no Brasil uma economia de subsistência, como a historiografia tradicional aponta, e estaria presente aqui uma estrutura democrática bastante capilarizada, que teria sido sufocada no período imperial; 2) a Primeira República teria sido o momento de esplendor da iniciativa privada e do progresso do país, não fosse o retrocesso imposto pelo fortalecimento do Estado a partir de 1930, até 1985; 3) um novo momento áureo teria ocorrido nos governos Fernando Henrique Cardoso, sucedido por mais uma operação de sufocamento de autoria estatal, promovida pelos governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores.

### **O período colonial brasileiro e o reino da liberdade e da espontaneidade**

Caldeira, no seu projeto de apresentar uma interpretação que julga mais correta do que as já existentes, descreve o período colonial brasileiro como aquele em que os indivíduos, em seu âmbito privado, a partir da própria

incapacidade do Estado português de administrar todo o território colonial, teriam tido espaço para empreender e para acumular riquezas. Este acúmulo, de acordo com o autor, não foi devidamente destacado pelas interpretações já existentes porque estas teriam privilegiado os dados oficiais e, além disso, novos métodos de medidas de riqueza estão hoje disponíveis e permitem captar uma riqueza que, anteriormente, não seria mensurável.

Neste período, o autor ressalta a capacidade de autogoverno do povo tupi-guarani, amparado em pesquisas antropológicas, e valoriza os costumes, que teriam convivido muito bem com as regras inadequadas portuguesas. Neste sentido, exalta a capacidade empreendedora de João Ramalho e sua prática matrimonial: “João Ramalho viveu muito bem com suas 30 mulheres e nenhum vereador o perturbou. Esses matrimônios, do ponto de vista tupi, estavam dentro dos códigos dos bons costumes e da mais elevada moral” (p. 109). “A pequena produção era a regra [...]. A busca da riqueza dava sentido à vida. O empreendedor era a figura central” (p. 117). Neste contexto, o governo português era visto mais como um entrave do que como uma alavanca para o empreendedorismo.

Do ponto de vista político, o autor ressalta o desenvolvimento de uma representatividade local bastante capilarizada, rotineira e organizada: “Onde quer que se criasse uma vila no Brasil, a

história se repetia: eleições de três em três anos, posse dos eleitos, nova eleição, transmissão do cargo”. A evidência utilizada para confirmar uma afirmação tão abrangente é a de que “não há notícias de comportamento diverso em nenhuma vila da colônia – apenas as quantificações são mais raras” (p. III). O autor deixa de lado as possibilidades de fraude, as restrições às candidaturas e descreve o período colonial, tanto no aspecto político quanto no econômico, como um período da espontaneidade e da liberdade da iniciativa privada. Esta liberdade teria sido sufocada pelo Estado, com a chegada da corte portuguesa e o estabelecimento de uma estrutura monárquica no Brasil.

Em relação ao período imperial, ao qual o autor dedica pouco de seu livro, considerando que este pretende constituir uma história da riqueza no Brasil, é de se ressaltar a ausência de considerações sobre o estabelecimento das regras sobre a propriedade imóvel no Brasil e o seu registro. A aprovação da Lei de Terras em 1850 e seus regulamentos posteriores tiveram papel importante não somente para a definição de quais seriam as terras pertencentes ao Estado, mas para transformar vários posseiros em proprietários (SILVA, 1996). Todo o tratamento da regulação da propriedade imóvel que se daria posteriormente também foi desconsiderado. Em um livro que tem como objeto a história da riqueza no país, tal ausência é um aspecto, sem dúvida, negativo.

Além disso, não há qualquer preocupação com a forma com que se deu esse acúmulo, se de forma desigual, ou concentrada – se houvesse tal preocupação, a necessidade da análise sobre os impactos da Lei de Terras seria, então, reforçada.

### **A primeira república e o período áureo do empreendedorismo**

A Primeira República é o período ao qual o autor dá maior destaque, ressaltando a importância das medidas ousadas apresentadas por Rui Barbosa e o alcance da liberdade de investidores, concedida a empresários e empreendedores. Todas as medidas de desregulação da atividade econômica implementadas no período são elogiadas, assim como, mais uma vez, o empreendedorismo paulista. O respiro econômico em relação ao Estado é destacado, sobretudo, em relação aos primeiros anos e ao Plano de Valorização do Café, que “não foi feito para produzir mais café”, mas “visava produzir mais riqueza no Brasil” (p. 486). As consequências dessa produção de riqueza artificial e financeira, que acabou se transformando em um problema econômico e de produção de desigualdades sociais, não são de preocupação de Jorge Caldeira. Mais adiante (p. 490), o autor também vai enaltecer a integração produzida pelo sistema de trocas entre São Paulo – estado produtor – e as demais regiões do país. Novamente, a desigualdade, dessa vez a regional, não é mencionada.

Tal análise abarca, a partir das premissas de que os investidores e empreendedores privados deveriam ter a acumulação de sua riqueza estimulada e não regulamentada – na medida em que questões relativas sobre a desigualdade econômica estão de fora –, o enaltecimento da figura de Prudente de Moraes e a detração de Campos Sales e de sua respectiva política dos estados, ainda que esta, como é de interpretação predominante na literatura, tenha acabado privilegiando os estados de São Paulo e Minas Gerais. A partir de Campos Sales, de fato, a estabilidade política deu-se de maneira artificiosa (LESSA, 2001), mas não é esse artifício que incomoda Caldeira, e, sim, os limites à especulação financeira que os sucessivos governos foram obrigados a impor aos incipientes setores produtivo e financeiro nacionais.

A tese de Caldeira, de forma bastante resumida, parece ser: quando o Estado nacional interferiu nos setores econômicos – aqui entendidos de modo bastante amplo, com a finalidade de abarcar suas diversas expressões nos diferentes momentos históricos –, a acumulação de riqueza privada deixa de acontecer, o que, a despeito de outras medidas necessárias a serem tomadas pelo Estado, é um efeito negativo o suficiente para qualificar negativamente todas as suas ações.

### **Centralização estatal e bloqueio econômico**

Os malefícios da ação estatal intensificaram-se, de acordo com Caldeira, a partir de 1930. A metáfora para o Estado é de que este seria um “muro”, que impediria influências externas e também o crescimento da economia interna. Desconsiderando o salto de industrialização ocorrido no período, Caldeira aponta que o Brasil estava à frente de outros regimes fechados, como o da China, mas atrás de outros abertos, como o estadunidense e o europeu, desconsiderando toda a dinâmica global capitalista neocolonial da posição desses países no mundo.

A centralização estatal presente no período 1930-2017, na visão do autor, teve novamente um respiro com os governos Fernando Henrique Cardoso, o mesmo que assina a primeira orelha do livro, afirmando que sucessivos governos do Brasil, como os de Geisel e os petistas, desconsideraram “as forças da sociedade”. Que o leitor não se engane pensando ser essa uma crítica a esses governos em relação ao seu distanciamento e/ou à cooptação dos movimentos sociais. As forças da sociedade, aqui, são as do capital que, mais recentemente, assumiu sua face rentista-especulativa.

Diante de tal análise, provavelmente venha à cabeça do/a leitor/a, *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro. No entanto, se Faoro estava preocupado com as relações espúrias entre Estado

e alguns setores privilegiados da sociedade e também com outros que vinham a compô-lo, Caldeira está preocupado apenas com os obstáculos que o Estado cria ao acúmulo da riqueza privada, que emerge, em seu livro, como um bem em si, não importando de que forma ele aconteça.

### **Referências Bibliográficas**

LESSA, Renato. "A invenção da república no Brasil: da aventura à rotina". In: CARVALHO, Maria A. R. de (org.) *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, pp. 11-58.

SILVA, Lígia. M. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.